

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

27 03 07
10/03/07

REQUERIMENTO

10 DO
028/07

AUTOR DEPUTADO NEODI CARLOS - PSDC

Requer Audiência Pública para discutir as questões fundiárias no Estado de Rondônia.

O Parlamentar que a este subscreve, requer à Mesa Diretora, nos termos do art. 172 do Regimento Interno, seja convocada Audiência Pública para no dia 4 (quatro) de maio do corrente às 9 (nove) horas, no Plenário da Assembleia Legislativa para discutir a questão fundiária no Estado de Rondônia.

Remarcada para dia 14/06/2007 - às 9:00 horas, conf. Req. 067/07

Plenário das Deliberações, 27 de março de 2007.

Deputado Neodi Carlos
Presidente - ALE

DIVISÃO DE EXPEDIENTE

Providenciado em 04/04/2007

227, 228, 229, 230, 231

232, 233, 234, 235, 236

239/2007

afonso

JUSTIFICATIVA

O Território Federal de Rondônia, por ser uma unidade da Federação semi-autônoma, dependia de vínculo territorial com a União, assim as terras do então Território Federal de Rondônia, eram administradas pelo Poder Executivo da União através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, com a transformação do território federal em Estado, essas terra objeto de projeto de colonização deveriam ter sido transmitida para o novo estado para que este implantasse sua política fundiária. Porém, isso não ocorreu e hoje temos em Rondônia projetos de colonização onde os colonos já estão assentados a mais de 20 (vinte) anos sem ter até a presente data seu título de propriedade, o que causa um grande drama social e econômico. Por não terem o título definitivo de propriedade os bancos não aceitam a garantia das terras para fornecerem crédito a esses colonos; sem o incentivo o colono não consegue recursos para desenvolver sua

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

Nº _____

REQUERIMENTO

AUTOR DEPUTADO NEODI CARLOS - PSDC

propriedade e o Estado, perde por não estar arrecadando. Assim notamos que a política fundiária do Estado, deva ser por ele definida e implantada, uma vez que é ele o maior beneficiário do sucesso de tal política pública, para discutirmos tal tema de relevância para nosso Estado é que propomos a presente audiência Pública, devendo para tanto serem convidadas as seguintes autoridades: Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Banca Federal de Parlamentares, Presidente da Federação da Indústria, do Comércio e da Agricultura, Federação dos Trabalhadores na Agricultura e demais órgãos e autoridades, posteriormente indicados.

